

## A FESTA DOS FIÉIS-DEFUNTOS NA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA (SÉCULOS XVII E XVIII)

Maria Marta Lobo de Araújo\*

**Resumo** – Neste estudo, analisamos a morte e a comemoração dos Santos na Misericórdia de Ponte de Lima entre os séculos XVII e XVIII, destacando as esmolas distribuídas pela instituição no dia dos Fiéis-de-Deus. Importante para salvar a alma, a caridade era particularmente exercida em momentos relevantes do calendário litúrgico e a Santa Casa alto minhota servia-se deste enquadramento religioso para realizar uma importante distribuição de esmolas. **Palavras-chave** – Misericórdia de Ponte de Lima; Caridade; Pobres; Santos e Fiéis-Defuntos.

**Abstract** – We analyze the death and celebration of the Saints of the Misericórdia of Ponte de Lima, between the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries, highlighting the alms distributed by this institution on All Souls Day. Important to save one's soul, charity was particularly practiced in moments relevant to the liturgical calendar, and this Santa Casa participated in this religious event by carrying out an important distribution of alms.

**Keywords** – Misericórdia of Ponte de Lima; Charity; Poor; Saints and All Souls.

---

\* Docente do Departamento de História da Universidade do Minho; Membro do Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território – UM.

## Introdução

Uma das maiores preocupações do homem da Idade Moderna era a morte e a conseqüente salvação da sua alma. Intimamente ligadas, constituíam o eixo central de um quotidiano marcado pela certeza de que um dia todos haveriam de morrer. Era, por conseguinte, necessário prepará-lo, porque a incerteza da hora era quase absoluta. O exercício das obras de misericórdia, mais valorizadas no pós-Trento, como instrumento de salvação, o cumprimento das diretrizes da igreja católica, seguindo o que os seus agentes aconselhavam no confessional, no púlpito, no altar, mas também nas missões de interior e o cumprimento dos preceitos religiosos contribuía para mais facilmente se alcançar a glória eterna.

### A morte e as práticas de caridade

Como referimos, a morte devia ser um ato preparado ao longo da vida, mas os cuidados com a salvação da alma prolongavam-se após esta. Assim, devia redigir-se o testamento, dispondo das últimas vontades e, como que encerrando a vida, determinar o que se desejava para além dela. Se bem que a sua redação podia ocorrer por motivos diversos, como acontecia, por exemplo, quando se fazia uma longa viagem ou se estava doente. Nesse momento, o testador dispunha dele próprio, do que lhe pertencia, do que desejava e da forma como queria ver materializadas as suas vontades<sup>1</sup>. Para além do testamento era importante ter uma boa morte, ou seja, uma morte acompanhada onde se seguisse o prescrito nos manuais que ajudavam a bem morrer. Quando a morte se aproximava, a pessoa devia ser encorajada a fazer o seu testamento, caso não o tivesse redigido ainda, a arrepender-se dos erros cometidos e a tomar os sacramentos, aceitando o seu destino de morrer. Nesse momento

---

<sup>1</sup> Leia-se Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 271-272.

em que o sacerdote devia estar por perto, eram também recordadas as penas do Inferno, o medo e a incerteza<sup>2</sup>.

Sabia-se que após a morte, a alma enfrentava dois julgamentos, que a podiam levar ou para o Purgatório ou para o Inferno. Do primeiro julgamento, que ocorria logo após a morte, podia ser resgatada com a ajuda dos vivos, enquanto do segundo só ocorria no Juízo Final<sup>3</sup>.

De forma a ajudar neste primeiro julgamento pedia-se a imploração pela sua alma, o que se verificava quando se estava moribundo. O medo da passagem e a incerteza gerada sobre o lugar que acolheria a alma, assistiam a todos. Assim, e por esta razão, várias confrarias enviavam irmãos para casa dos confrades moribundos auxiliando-os na morte e rezando para que a aceitassem tranquilamente. Familiares, clérigos, confrarias e amigos eram ainda convocados para acompanhar o defunto à sepultura. Dava-se continuidade à imploração da salvação da alma para que esta não estivesse desamparada quando descesse à terra<sup>4</sup>.

As orações, a celebração de missas e ofícios desempenhavam igualmente um papel relevante. Era por este motivo que quando se deixava testamento se implorava que após a morte fossem celebrados alguns ofícios e missas. Se não no mesmo dia, nos imediatos, para que essas celebrações constituíssem instrumentos importantes no caminho da salvação<sup>5</sup>.

Quando o destino da alma era o Purgatório, o seu resgate era possível. A São Miguel e a Santo António são também atribuídos resgates dessas almas, contemplados na iconografia religiosa da época, como forma de maior veneração a estes santos, mas igualmente como memória visual de que a saída deste lugar intermédio era possível e estava ao alcance.

A crença no Purgatório reforçou o papel das confrarias no pós-Trento, inflamando o seu número por todas as paróquias e altares. Todavia, cabia à das Almas do Purgatório sufragar todas as almas, independente-

---

<sup>2</sup> Sobre os manuais de bem morrer consulte-se Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa...*, pp. 145-166.

<sup>3</sup> A análise destes dois julgamentos e o lugar do Purgatório encontra-se em Jacques le Goff, *O nascimento do Purgatório*, Lisboa, Edições Estampa, 1995, pp. 18-28.

<sup>4</sup> Veja-se o trabalho de Tiago Ferraz, “Acompanhar ao outro mundo: a morte nas confrarias de Braga no século XVIII. Estudo preliminar”, in *CEM*, n.º 3, 2011, pp. 163-177.

<sup>5</sup> Laurinda Abreu, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999, pp. 116-117.

mente de serem seus irmãos ou não<sup>6</sup>. Foi também por este motivo que conjuntamente com as do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário alcançaram tanta popularidade na Idade Moderna<sup>7</sup>.

A instituição de legados, com números elevados de missas, aniversários e as capelas, mas também as práticas de caridade, quer fossem doações para dotes de casamento, esmolas a pobres, a cativos, a presos, auxílio a doentes, a expostos, enterrar e sufragar os mortos tinham também como objetivo aplanar o caminho da salvação. Confrarias, Misericórdias, conventos, colegiadas e igrejas paroquiais desempenharam um importantíssimo papel no cumprimento de últimas vontades.

Os homens encomendavam a alma a Deus, a Nossa Senhora e aos santos da sua devoção, para servirem de seus defensores perante o Salvador; serviam-se das igrejas paroquiais, das confrarias, das Ordens religiosas, das capelas e dos conventos para assumirem a responsabilidade de celebrarem missas pela sua alma em diversos altares; utilizavam os pobres enquanto facilitadores da entrada para o Paraíso, a quem deixavam esmolas, praticando, desta forma, as obras de misericórdia; recordavam alguns parentes, para também através deles exercitarem a caridade, deixando-lhes parte dos seus bens pessoais, imóveis ou dinheiro e ainda a algumas instituições de caridade, a quem legavam bens e solicitavam o cumprimento de obrigações em favor da sua alma. A ajuda pretendida procurava aliviar o estado de desamparo e solidão em que a alma se encontrava, de forma a evitar que ela ficasse abandonada<sup>8</sup>.

Na hora da morte, apurava-se o balanço de uma vida com vista à preparação de uma outra, que se sabia mais incerta, colocando-se, portanto, maiores cuidados na sua preparação<sup>9</sup>. Desconhecida, mas permanen-

---

<sup>6</sup> Tiago Ferraz, *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*, Braga, Universidade do Minho, 2014, Dissertação de Doutoramento policopiada.

<sup>7</sup> Consulte-se a propósito François Lebrun, “As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual”, in Philippe Ariès; Georges Duby (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 71-111.

<sup>8</sup> Acerca das ações feitas em torno da alma leia-se Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 105.

<sup>9</sup> Veja-se Margarida Pereira Varela Durães, *Herança e Sucessão. Leis. Práticas e Costumes no Termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*, vol. II, Braga, Universidade do Minho, 2000, pp. 410-411, Dissertação de Doutoramento policopiada.

temente recordada pelos agentes da Igreja, a vida para além da morte aproximava os homens da Igreja, procurando com a solidariedade de todos torná-la menos sofredora, de forma a alcançar mais rapidamente a felicidade eterna. Como todos tinham este percurso para fazer, ninguém devia negar esta ajuda, porque um dia, sem data marcada, os vivos estariam mortos e ficariam à mercê dos que permaneciam na terra<sup>10</sup>. Rezar e cantar pelos mortos era uma forma de caridade, semelhante à ajuda prestada aos necessitados<sup>11</sup>. Se hoje faziam pelos mortos, amanhã seriam outros a rezar por si. A crença na reciprocidade, galvanizava os vivos a intercederem pelos defuntos, numa relação de grande proximidade que unia todos em torno da morte.

Todas as Misericórdias receberam muitos legados, embora a capacidade de os atrair fosse muito distinta. Na de Ponte da Barca, instituição pequena, trabalhavam vários capelães em simultâneo para cumprir os legados aceites<sup>12</sup>. Também na de Ponte de Lima, o panorama era muito semelhante e no século XVIII mais de duas dezenas de sacerdotes celebravam pelos mortos que tinham deixado essa incumbência à Santa Casa. Nas Misericórdias mais poderosas, que cativavam mais legados, este trabalho não apenas as muniu de boas doações, como também as sobrearregou de encargos pesados. Com tantas obrigações, umas e outras haveriam de ser confrontadas com problemas. Se em tempos de conforto económico era preciso gerir um setor complexo com muitos sacerdotes, servos, altares e igrejas, com celebrações em diferentes locais e em dias e horas diversas, quando o dinheiro começou a escassear, o preço das missas a subir e as obrigações a não serem respeitadas, foi preciso recorrer ao Papa para alcançar breves de redução ou de anulação<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Consulte-se Michel Vovelle, *Les âmes du purgatoire ou le travail du deuil*, Paris, Gallimar, 1996, pp. 112-152; Maria Manuela B. M. Rodrigues, *Morrer no Porto durante a Época Barroca: atitudes e sentimento religioso*, Porto, Faculdade de Letras, 1991, pp. 79-83, Dissertação de Mestrado policopiada; Maria de Fátima I. M. Gomes, *Temendo a Morte. Alguns aspectos da vida em Gondomar, 1834-1893*, Porto, Faculdade de Letras, 1996, pp. 64-66, Dissertação de Mestrado policopiada.

<sup>11</sup> Confira-se José Mattoso, “O culto dos mortos no fim do século XI”, in José Mattoso (dir.), *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, João Sá da Costa, 1996, p. 81.

<sup>12</sup> Maria das Dores de Sousa Pereira, “A assistência à alma na Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)”, in *NW. Noroeste. Revista de História*, n.º 1, 2005, pp. 137-165.

<sup>13</sup> Laurinda Abreu, “A difícil gestão do Purgatório. Os breves de redução de missas

Mas a salvação da alma precisava também da intervenção dos vivos noutros setores. Estabelecia-se uma cadeia de solidariedade em que os pobres desempenhavam um papel de relevo, por se constituírem como recetores de caridade e implorarem pela alma dos benfeitores. Assim, as esmolas distribuídas pela Misericórdia de Ponte de Lima aos pobres no dia dos Fiéis-Defuntos devem ser analisada sob esta perspetiva<sup>14</sup>.

A efeméride dos mortos comemorava-se na Idade Moderna com cerimónias pomposas e, tal como na atualidade, prolongava-se por dois dias: a 1 de novembro comemoravam-se todos os Santos e no dia seguinte os Fiéis de Deus. Além desta ocasião privilegiada, várias confrarias realizavam outras cerimónias pela ocasião dos Santos em homenagem dos seus mortos. A Santa Casa de Ponte de Lima promovia na quarta-feira após o dia de São Martinho uma cerimónia em honra dos irmãos defuntos<sup>15</sup>.

Como referia o padre António Vieira num sermão proferido em homenagem dos mortos, em 1644, o dia de Todos-os-Santos constituía

[...] a festa mais universal, e a festa mais particular: a festa mais de todos e a festa mais de cada um. É a mais universal, e mais de todos porque começando pela fonte de toda a santidade, que é Christo, e pela Rainha de todos os Santos, que é a Virgem Santíssima, fazemos festa hoje a todas as gerarchias dos Anjos; fazemos festa aos Patriarchas, e aos Prophetas; aos Apóstolos, e aos Mártires; aos Confessores e às Virgens. [...] E este mesmo tão universal, e tão de todos, é também o mais particular, e mais próprio de cada um, porque hoje se celebram os Santos de cada nação, os Santos de cada reino, os Santos de cada Religião, os santos de cada cidade, os Santos de cada família. [...] Fazemos pois hoje festa a nossos paes, a nossos avós, a nossos irmãos e os que tendes filhos no céu, ou innocentes ou adultos, fazeis também festa hoje a vossos filhos<sup>16</sup>.

---

perpétuas do arquivo da Nunciatura de Lisboa (séculos XVII-XIX)”, in *Penélope*, n.º 30-31, 2004, pp. 51-74.

<sup>14</sup> Sobre estes rituais de caridade leia-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de caridade da Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 13-54.

<sup>15</sup> Veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 524.

<sup>16</sup> Padre António Vieira, “Sermão de Todos os Santos”, in *Sermões do Padre António Vieira*, vol. 9, Porto, Livraria Chardron, 1908, pp. 37-38.

O carácter universal da festa não ofuscava a sua particularidade, porquanto ao serem comemorados todos os mortos, estavam também a ser recordados os defuntos de cada um.

Nos dias assinalados, os vivos realizavam anualmente uma festa fúnebre por todos os que já tinham partido. Implorava-se pelas almas de todos, quer fossem familiares, amigos ou outras pessoas, numa invocação coletiva que chamava também a atenção para a perenidade da vida. Esperava-se que esta prática tivesse eficácia junto do Criador, para que Este no dia do Juízo Final atuasse com misericórdia. A súplica coletiva e o sentimento de que um dia todos estariam na mesma situação, contribuía para a diminuição do medo da morte e agregava intenções em torno de um objetivo comum<sup>17</sup>. Era necessário ter sempre presente o sentimento de que a vida constituía apenas uma passagem. “Virá tempo, e não será muito tarde, em que nós entremos no número de todos os Santos, e também será nosso este dia. Agora celebramos, e depois seremos celebrados”<sup>18</sup>, lembrava uma vez mais o padre António Vieira. A urgência era maior, quando se desconheciam as circunstâncias e a data da morte.

Em todas as paróquias, confrarias, conventos e em outras instituições religiosas, a festa dos Santos era celebrada com particular intensidade. Algumas Misericórdias faziam distribuição de esmolas aos pobres neste dia, sendo esta esmola parte integrante da festa que comemorava os mortos<sup>19</sup>.

A Misericórdia de Ponte de Lima transformava o dia dos Fiéis-Defuntos numa festa de caridade em favor dos mortos. Para além das cele-

---

<sup>17</sup> Sobre esta problemática consulte-se José Mattoso, “O culto dos mortos no fim do século XI” *op. cit.*, pp. 79-83; Maria José Pimenta Tavares Ferro, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, pp. 75-100.

<sup>18</sup> Padre António Vieira, “Sermão de Todos os Santos”, *op. cit.*, p. 38.

<sup>19</sup> A Misericórdia de Viana do Lima distribuía no dia dos Fiéis-de-Deus uma esmola aos pobres. Esta prática era seguida em muitas destas confrarias, mas assumia formas diversificadas. Sobre a ação desenvolvida por esta instituição consulte-se António Magalhães, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013, pp. 765-842. A Santa Casa de Caminha realizava uma festa religiosa no dia de Todos-os-Santos. No dia seguinte, efetuava um peditório pela vila, em que recebia vinho, pescadas e bacalhaus, produtos posteriormente distribuídos aos pobres, ou vendidos, servindo o seu lucro para beneficiar os mais necessitados.

brações religiosas que cumpria, com missa e sermão, estabeleceu como prioridade a dádiva de esmolas aos pobres, oferecendo-as em favor das almas sufragadas<sup>20</sup>.

Pelo menos desde 1633, altura a partir da qual existem róis de pobres, que a Misericórdia de Ponte de Lima, repartia no dia dos Fiéis-Defuntos, uma esmola constituída apenas por géneros alimentares: carne ou peixe e pão. Tratava-se de uma dádiva distribuída diferencialmente, de acordo com o que a confraria entendia serem as necessidades dos pobres, o seu merecimento e as possibilidades institucionais. A partir de 1677, introduziu-se o dinheiro na esmola e, desde 1680 até 1724, a ajuda foi constituída por pão, galinhas e dinheiro; incluindo após 1688 apenas pão e dinheiro. Foi, contudo, alterada a partir de 1724, sendo somente de pão, destinando-se o dinheiro apenas aos hospitaleiros “da Casa e de Fora”.

Como constatámos, no começo, as esmolas eram constituídas por pão, carne (vaca, carneiro e ou galinha) e ou peixe (pescada e sardinhas). Alguns necessitados recebiam também ovos e vinho, mas foram muito poucos os casos. Inicialmente, alguns pobres eram beneficiados com dinheiro, pois este era reservado apenas para alguns, ou seja, para os “pobres da Casa”, isto é aqueles que recebiam esmolas regularmente. Contudo, ainda no século XVII, os pobres foram largamente favorecidos com esmolas em dinheiro, sobretudo a partir do momento em que a confraria recebeu mais legados. A composição das esmolas estava sujeita ao estado das finanças da instituição. Quando as receitas possibilitavam, oferecia-se uma esmola mais avantajada e o número de pobres alargava-se, quando não, ficava-se por um número reduzido e por uma esmola menos robusta.

Os pobres que integravam o rol eram “visitados” pelos confrades nas suas residências, mas a instituição distribuía mais esmolas no “pátio da Casa”, local onde se juntavam outros necessitados para serem também beneficiados<sup>21</sup>. Esta distribuição feita no pátio assume um significado

---

<sup>20</sup> Veja-se Jacques Depauw, *Spiritualité et pauvreté a Paris au XVIIIe siècle*, Paris, Histoire Éditions, 1999, pp. 83-84.

<sup>21</sup> Eram pobres que pediam pelas portas e que nesse dia eram contemplados com as sobras do que os pobres arrolados recebiam em suas casas.



completamente diferenciado do das restantes esmolas. Enquanto os primeiros eram protegidos da indiscrição alheia, uma vez que a esmola lhes era enviada a casa, a pobreza dos segundos era exposta publicamente. A esmola era-lhes dada perante os olhares de todos, uma vez que a Misericórdia esta situada defronte do largo da igreja Matriz e no centro urbano. Tudo o que se passava no pátio podia ser facilmente observado pelos transeuntes ou por quaisquer outros que desejassem assistir ao ato de entrega de esmolas.

O número de providos no pátio variava anualmente e tratava-se de uma esmola oferecida para além das distribuídas aos que integravam o “rol dos Fiéis-Defuntos”. Os pobres que não constavam esta lista reuniam-se na confraria para assistirem a um ritual anual que não sofria alterações: os recetores esperavam que os irmãos descessem do Consistório para distribuírem a dádiva. Estes passavam a “varanda da esmolaria”, desciam umas escadas em pedra para acederem ao “pátio da Casa”. O caminho a percorrer era muito curto. Curiosamente, as dádivas ofereciam-se junto ao cemitério dos pobres, lugar cheio de simbolismo. Os enterrados por “amor de Deus” tinham sepultura no pátio, local onde se juntavam os pobres. Por isso, as esmolas entregues no pátio estabeleciam uma relação direta entre os mortos e a caridade que se praticava em sua honra.

Os que recebiam esmola em casa não eram todos pobres envergonhados. A esmola era enviada à residência de cada um, em função da época que se celebrava, distinguindo estes pobres dos que a recebiam no pátio da instituição.

O pão que lhes era oferecido, era formado à base de milho, principal cereal da região, mas em alguns anos integrou também centeio.

A receção de legados e a maior disponibilidade de cereais, sobretudo de milho, possibilitaram o crescimento de entregas neste dia, principalmente na segunda metade do século XVII e começo da centúria seguinte. Ao mesmo tempo, conferiu à instituição capacidade para aumentar o número de beneficiados.

A carne oferecida pela Santa Casa de Ponte de Lima era comprada no açougue da vila. Muito cedo a Misericórdia de Lisboa alcançou de D. Manuel I o privilégio de precedência para os seus oficiais no abasteci-

mento que efetuavam nos açougues da cidade. Este privilégio integra-se num leque alargado de medidas tomadas principalmente por este monarca em favor da Misericórdia da capital<sup>22</sup>. Depois, todas as Misericórdias que o desejaram solicitaram-nas aos monarcas.

A carne que integrava as esmolas era variada, mas cuidadosamente direcionada para os destinatários. A de carneiro era quase exclusivamente oferecida aos assalariados mais importantes da confraria, por ser a mais cara. Também eram eles que recebiam uma maior quantidade<sup>23</sup>. O carneiro reservava-se aos que recebiam “as propinas” e só a título excepcional alguns pobres e hospitaleiros eram contemplados com esta carne.

Os pobres eram normalmente providos com postas de carne de vaca, ou com “hum piqueno de [carne] de vaca, que nós incluímos nas “postas de carene de vaca” ou com galinhas, mas alguns podiam também receber carne de carneiro.

O peixe oferecido vinha de Viana e era vendido pelas regateiras na Praça Velha da vila. Para além de bacalhau, a Santa Casa oferecia ainda sardinhas, estas últimas entregues quase exclusivamente aos presos e também a um número muito pequeno de pobres<sup>24</sup>. Quanto às pescadas, elas foram raramente entregues e sempre em número muito reduzido, o que faz supor uma seleção criteriosa dos pobres que as recebiam. As pescadas eram oferecidas a alguns doentes que se curavam em suas casas e a velhos. Podiam ser entregues inteiras, mas também eram dadas partidas, servindo, normalmente, uma pescada para dois pobres.

Com a mudança sofrida na composição desta esmola, na segunda metade do século XVII, desapareceu primeiramente o peixe, depois a carne (vaca e galinha), para a partir de 1684 até 1724 ser formada basicamente

---

<sup>22</sup> A propósito dos privilégios concedidos à Misericórdia de Lisboa confira-se Isabel dos Guimarães Sã, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e pobreza no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 62-71.

<sup>23</sup> Os sacristães passaram a ser contemplados com um quarto de carneiro a partir de 1683, nesse ano, foram excepcionalmente oferecidos os “miúdos do carneiro” aos hospitaleiros da Casa.

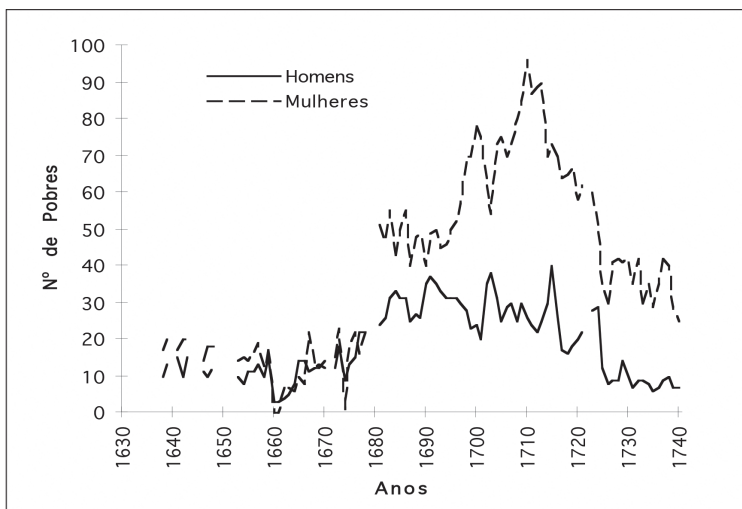
<sup>24</sup> Acerca da assistência aos presos no século XIX em Ponte de Lima consulte-se Alexandra Esteves, “Da caridade à Filantropia: o auxílio aos presos pobres da cadeia de Ponte de Lima no século XIX”, in *Estudios Humanísticos*, n.º 7, 2008, pp. 221-236.

por pão e dinheiro. A esmola tornou-se menos variada, podendo os pobres comprar o que desejavam com o dinheiro que recebiam.

Mais robustecida financeiramente na segunda metade do século XVII, a Misericórdia de Ponte de Lima alterou as esmolas oferecidas no dia dos Fiéis-de-Deus, passando assim a distribuir apenas pão e dinheiro. Esta forma de atuação retirava trabalho aos irmãos, sobretudo aos mesários que não precisavam de efetuar compras para a ocasião (carne e peixe) e de as preparar para entregar<sup>25</sup>. Bastava cozer o pão e entregar o dinheiro. Ao libertarem-se destas tarefas, os confrades ficavam mais disponíveis para outros trabalhos da instituição, normalmente para se dedicarem aos doentes do hospital, em número crescente.

**Gráfico 1**

Providos no dia dos Fiéis-de-Deus (1630-1740)



Fonte: ASCMPL, *Livros de receita e despesa*, n.ºs 452-536

Os dados apresentados no gráfico 1 referem-se apenas aos pobres e dizem respeito somente aos que a confraria inscrevia na lista dos providos.

<sup>25</sup> Desconhecemos se estes alimentos eram entregues em cru ou já confeccionados. Contudo, a falta de qualquer dado sobre o acréscimo de trabalho na cozinha, faz supor que eram oferecidos sem confeccionar. De qualquer forma, era necessário partir a carne e o peixe e adequar a esmola aos beneficiários.

Porém, no pátio da Casa, como já referimos, a instituição provia outros, mas não os mencionava.

Através do gráfico é possível analisar a evolução dos providos ao longo de pouco mais de um século e destacar as mulheres como as principais beneficiadas. A esmola tinha no sexo feminino o seu principal alvo, demonstrando que à semelhança de outras instituições de assistência e de particulares, a debilidade das mulheres era particularmente objeto de atenção dos que praticavam a caridade<sup>26</sup>. As mulheres estiveram em maioria ao longo de todo o período, mas ganharam maior destaque entre 1700 e 1725, precisamente, quando aumentou o número de providos, provando quem eram as primeiras a serem atingidas em momentos de maior dificuldade. A presença feminina representa 75,1% dos providos, facto que evidencia o que anteriormente ficou referido.

Como se constata, foi a partir da década de 1680 que a Misericórdia de Ponte de Lima aumentou o número de beneficiados. Esta data corresponde também ao período em que a confraria recebeu mais legados e iniciou um crescimento sem paralelo, materializado num conjunto de obras na sua igreja e em outras dependências da Santa Casa<sup>27</sup>. Os róis disponíveis começam em 1633 e vão até 1740, possibilitando verificar que a instituição começou e acabou com um número reduzido de providos, tendo de permeanço um período em que o volume de atendidos foi muito expressivo (1680-1720). Existe, portanto uma relação direta entre os legados recebidos, a consequente disponibilidade financeira e o aumento das obras de misericórdia praticadas. Esta relação ganhou corpo com as esmolas dos Fiéis-de-Deus. A confraria não aumentou apenas o número de providos, dado já de si muito significativo, mas alterou a esmola enviada e a disponibilidade financeira de que dispunha, fizeram com que os irmãos gastassem avultadas somas de dinheiro com estes pobres.

---

<sup>26</sup> A atitude de beneficiar mulheres era comum aos particulares. Veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, “Vila Viçosa, os “pobres” e as “esmolas” do duque D. João II (1636-1646)”, in *Revista de Demografia Histórica*, Saragoça, XXII-II, 2004, pp. 183-205.

<sup>27</sup> Sobre a cronologia dos legados recebidos nesta instituição confira-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus... op. cit.*, pp. 465-466.

Um dos grupos providos neste dia era o dos presos. A Misericórdia de Ponte de Lima oferecia-lhes um jantar, depois de uma petição que lhe era dirigida a solicitar a esmola.

A análise da dádiva a este grupo evidencia dois aspetos de relevo: são quase os únicos esmolados a receberem sardinhas e a serem contemplados com vinho. A instituição recebia pouco vinho dos foros e rendas. Por isso, também não o oferecia senão em casos excepcionais. Consideradas as circunstâncias em que os presos se encontravam, a confraria servia-lhes uma bebida, mas não o fazia sempre. A partir de 1708, os encarcerados passaram a receber uma esmola com composição igual à dos restantes pobres. Nessa altura, a oferta dividiu-se entre broas de pão e dinheiro.

Nos Fiéis-Defuntos, a Misericórdia cumpria uma das suas obrigações que consistia em ir buscar as ossadas à força dos condenados e enterrá-las. A obra de caridade exigia a presença de todos os confrades no ato e solemnidade. Os irmãos iam ao local em procissão, recolhiam as ossadas que conduziam à igreja, onde se celebrava uma missa e depois sepultavam-nas<sup>28</sup>. Em Ponte de Lima não existem menções desta prática de caridade na Misericórdia, em função da inexistência de ossos para recolher<sup>29</sup>.

A esmola distribuída neste dia não contemplava somente pobres envergonhados. Contudo, a lista incluía alguns e a Misericórdia de Ponte de Lima nomeava-os como outros pobres quaisquer. A diferença era colocada na forma de tratamento, utilizando-se o tratamento de “dom” para estes casos.

Contrariamente a outras instituições de caridade, a Misericórdia de Ponte de Lima identificava os pobres envergonhados, embora nem sempre tenha sido coerente nesta sua posição. Em algumas ocasiões referiu-se apenas que se tratavam de pobres envergonhados e não se identificaram. Pareceu-nos que se tratou mais de uma atitude dos escrivães do que

---

<sup>28</sup> Para este assunto consulte-se Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias de D. Manuel I...* op. cit., pp. 89-91.

<sup>29</sup> Acerca das cerimónias de execução pública leia-se Ana Cristina Araújo, “Cerimónias de execução pública no Antigo Regime - escatologia e justiça”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 1, 2001, pp. 172-186; Robert Muchembled, *Le temps des Supplices. De l'obéissance sous les rois absolus XVIe-XVIIIe siècles*, Paris, Armand Colin, 1992, pp. 115-130.

uma determinação institucional. Outras vezes, eram pessoas ligadas ao trabalho, mas que em final de vida precisavam de auxílio<sup>30</sup>.

A título particular, os provedores distribuíaam também esmolas neste dia a pobres comuns e a envergonhados. Em 1648, o provedor Rodrigo Pinheiro enviou “(...) da sua bolsa à casa de Baltazar Cerpes oito pães e três vinteins em dinheiro e mais meio tostão; ao Lopes, o manco, três pães e dois vinteins e a Maria Dias, da villa duas rigueifas”<sup>31</sup>. Também Ana recebeu três pães e “(...) o meio tostão e os 170 réis que recebeu foram dados pelo provedor, do seu bolso”<sup>32</sup>. Estas esmolas dadas em nome particular assumiam um significado especial. O provedor criava laços de dependência pessoal ao oferecer esmolas suportadas pela sua bolsa. A sua ação transportava ainda um sentido pedagógico para toda a irmandade. Todos deviam participar na ajuda aos pobres e no apoio à confraria. Para além deste significado, as esmolas pessoais dos provedores eram dotadas de um grande simbolismo. Com estas atitudes viam o seu poder reforçado em termos institucionais e locais<sup>33</sup>, ao mesmo tempo que aumentavam a sua autoridade e prestígio dentro da confraria.

Os familiares dos assalariados eram também selecionados nesta ocasião e providos. Os parentes dos hospitaleiros eram os preferidos, mas outros foram igualmente contemplados. Possuir ligação aos que estavam mais próximos da confraria era importante. A relação pessoal que a instituição mantinha com os seus servidores influenciava a esmola dirigida aos da sua família. A sociedade do Antigo Regime assentava numa plataforma de relações de reciprocidades, que podiam determinar a esmola. A proximidade dos homens da instituição era fundamental e, em alguns casos, nem sequer era necessário ser seu familiar<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Maria Antónia Lopes, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2010, p. 186.

<sup>31</sup> Regueifas são pão em forma de rosca.

<sup>32</sup> Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima (doravante ASCMPL), in *Livro de receita e despeza 1648-49*, n.º 461, não paginado.

<sup>33</sup> Marco H. D. van Leeuwen, “Logic of charity: poor relief in Preindustrial Europe”, in *Journal of Interdisciplinary History*, n.º 24, 4, 1994, pp. 589-613.

<sup>34</sup> Ana Rodrigues, ama do mestre da capela, foi beneficiada em 1711 com uma broa de pão e vinte réis, sem ter havido qualquer explicação para receber esta dádiva, a não ser a de ter sido ama do referido padre.

As esmolas distribuídas nem sempre eram pessoais. Podiam ser oferecidas a mais do que um membro da mesma família. Para além disso, serviam também de suporte familiar ao longo de gerações<sup>35</sup>.

A série de róis que trabalhámos possibilitou-nos conhecer os pobres ao longo de um período alargado de tempo e constatar a sua permanência até a Misericórdia considerar que já não necessitavam da esmola. No caso dos mais velhos, estes eram ajudados até à morte. A velhice era considerada um período em que as pessoas estavam incapazes de prover a sua suficiência e, no caso de inexistência de família capaz de a garantir, necessitavam naturalmente de ajuda institucional ou particular. Acompanhámos pobres que lucraram da dádiva da confraria durante períodos alargados de tempo, enquanto outros a obtiveram em períodos mais curtos, mas muitos passaram mais de uma década a ser assistidos. Frequentemente era a morte que os apagava do rol. Em 1696, morreram seis pobres do rol, uma estava ausente, Pedro Antunes de Castro encontrava-se preso e “fugio” e uma pobre estava “impedida”<sup>36</sup>. As razões deste impedimento não foram esclarecidas, mas a caridade tinha regras que em caso de incumprimento ditavam a expulsão. Ou seja, quem não merecesse a esmola não a recebia.

Por vezes, a dádiva podia ser interrompida por alguns anos, mas o pobre podia ser novamente considerado e integrado no rol. Os exemplos de casos de pobres que estiveram períodos de tempo a receber auxílio da confraria abundam. Mencionamos apenas o caso da “maroleta”, provida pela primeira vez em 1692 com duas broas de pão, e que em 1698 recebeu uma broa de pão e 20 réis de esmola, tendo-lhe sido aumentada em 1702 para duas broas. Foi provida durante 25 anos ininterruptamente, variando apenas a esmola entre uma e duas broas. Depois de tantos anos, “a maroleta” morreu.

---

<sup>35</sup> Alguns pobres da Misericórdia de Coimbra contavam também com uma “ajuda certa e vitalícia”. Leia-se Maria Antónia Lopes, “Os pobres e os mecanismos de protecção social em Coimbra de meados do século XVIII a meados do século XIX”, in *A História tal qual se faz*, Lisboa, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 97.

<sup>36</sup> ASCMPL, *Livro de receita e despeza 1696-97*, n.º 498, não paginado.

Depois de admitidos ao rol, os pobres, ainda que tivessem que renovar anualmente a petição para a ajuda ser concretizada, mantinham-se protegidos pela instituição durante períodos de tempo muito alargados, e quase sempre até à morte, no caso dos velhos ou incapacitados. Estes exemplos mostram ainda a dificuldade que alguns pobres tinham em largar a pobreza. O caso das crianças era diferente e a esmola servia um período em que normalmente as mães, viúvas ou solteiras, não podiam prover à sua subsistência. A Misericórdia auxiliava-os até à idade em que podiam trabalhar e autossustentar-se.

Apesar de procurar atuar com cautela na seleção dos providos, nem sempre seria fácil aos irmãos avaliar com exatidão todas as situações de pobreza que lhes chegavam a solicitarem ajuda. A Misericórdia oferecia várias esmolas e operava com milhares de pobres, facto que podia dificultar, apesar das cautelas colocadas em cada caso, o domínio efetivo de todas as situações. Por isso, inicialmente, os mesários atuava-se com cuidado e, só depois da situação estar bem esclarecida, se confirmava ou não a esmola. Aconteceu também que a Misericórdia se enganou nos provimentos feitos, retirando-os quando reparava no erro cometido. Em 1725, a Misericórdia proveu 12 pobres “com dúvida”. No ano seguinte, 11 deles foram riscados. Esta atitude da confraria era sintomática de que a caridade não era automática, ou seja, não se acedia à esmola apenas por ser pobre, era necessário ser merecedor. Por outro lado, indicia também a situação económica da instituição. Com a sua subtração da lista, a Santa Casa reduziu substancialmente os providos. Com uma situação interna problemática, sobretudo em alguns setores, como o da assistência à alma e correspondente pagamento aos sacerdotes<sup>37</sup>, a instituição optou por reduzir alguns setores de assistência, de que se destaca a ajuda prestada aos pobres no dia dos Fiéis-Defuntos.

---

<sup>37</sup> Consulte-se a propósito Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, *op. cit.*, pp. 544-551.



## **Considerações finais**

Apesar da morte continuar a constituir uma preocupação para os vivos, a diminuição e posterior supressão destas esmolas explicam-se pela diminuição de legados, pelo peso do setor da assistência religiosa, pelos problemas existentes no setor dos empréstimos a juro, mas sobretudo pelas despesas assumidas com os cuidados de saúde. A Misericórdia não esqueceu os mortos, mas paulatinamente começou a prestar mais atenção aos vivos, demonstrando preocupações em áreas que consumiam agora mais receitas, como era, por exemplo, o hospital.

Semelhante a muitas outras congéneres, embora com algumas singularidades, a Santa Casa de Ponte de Lima, construiu na Idade Moderna uma festa de homenagem aos mortos na época dos Santos que ia muito para além dos ofícios religiosos. Decidiu honrá-los através da dádiva de esmolas aos pobres, ajudando-os com bens e dinheiro, numa altura em que o calendário religioso ditava compaixão para com os mortos. Esta forma de atuação aproximava os pobres aos que já tinham morrido, na esperança de que os segundos alcançassem mais facilmente a salvação.

